


Homologar

17.05.11



### ATA NÚMERO TRÊS

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 01 Técnico Superior para a Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico (Ref.ª A).**

1. Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 5973/2017, Diário da República, 2ª série, n.º 102, de 26 de maio, a fim de proceder ao projeto de classificação e ordenação de candidatos e respetiva proposta de homologação.

O referido júri é composto:

**Presidente:** Dra. Margarida Afonso Novais, Chefe da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas;

**Vogais:**

**1º Vogal Efetivo(a):** Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

**2º Vogal Efetivo(a):** Dra. Margarida Isabel Pereira Correia, Técnica Superior.

2. Foi admitida ao processo concursal a seguinte candidata:

- Marta Pereira Ferreira Rodrigues

### 3. Métodos de seleção

3.1. Os métodos de seleção utilizados foram Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica.

3.2. Da aplicação do método de seleção, Prova de Conhecimentos, foi obtida, pela candidata **Marta Pereira Ferreira Rodrigues**, a classificação de **11,25 valores**.

3.3 Face à necessidade de aplicação do segundo método de seleção obrigatório, a saber Avaliação Psicológica, e conforme disposto no art.º 10º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril que regulamenta a tramitação dos procedimentos concursais, foi consultada previamente a entidade especializada pública (INA), da qual resultou, em correio eletrónico datado de 08/08/2017 que *“Atendendo ao número de projetos atualmente agendado pelo INA, a nossa disponibilidade para aplicação do método só se verifica a partir de 2 de outubro de 2017 (...). Se a data agora indicada não se coadunar com o calendário previsto por V. Exas., poderá a vossa entidade recorrer, fundamentadamente, às entidades referidas nas alíneas b) ou c) do n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145 -A/2011, de 6 de Abril, para a aplicação da Avaliação Psicológica.”*

Face ao anteriormente exposto, e conforme o disposto no n.º 3 do art.º 12º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, e tal como se faz constar do processo, o relatório da Avaliação Psicológica foi elaborado pela Dra. Graciete Alves.

Da aplicação do método de seleção, Avaliação Psicológica, foi obtida pela candidata admitida **Marta Pereira Ferreira Rodrigues**, a classificação de **16,00 valores**.

4. Deliberou ainda o júri, após a aplicação dos métodos de seleção constantes no respetivo aviso de abertura, proceder à classificação da candidata, a seguir enunciada, tendo para o efeito recorrido à aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (PC \cdot 0,7) + (AP \cdot 0,3)$$

Onde:

CF – classificação final (0 a 20 valores);

PC – prova de conhecimentos;

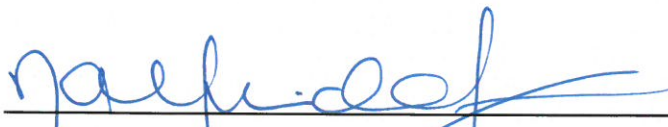
AP – avaliação psicológica.

5. Face à análise dos elementos constantes do processo, e após execução dos respetivos cálculos, resultou que a candidata admitida a este procedimento concursal obteve a classificação constante da Lista de Ordenação Final de Candidatos anexa à presente ata e da qual é parte integrante.

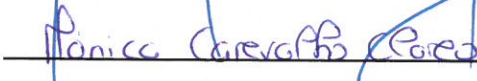
6. Deliberou, o júri que a classificação final da candidata **Marta Pereira Ferreira Rodrigues** é de **12,68 Valores**, devendo ainda a presente ata ser submetida a homologação do Conselho de Administração, após Audiência Prévia da interessada, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 36º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril.

7. Nada mais havendo para decidir, deu o júri por finda a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente



1º Vogal Efetivo(a)



2º Vogal Efetivo(a)



**LISTA DE ORDENAÇÃO FINAL DE CANDIDATOS**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 01 Técnico Superior para a Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico (Ref.<sup>a</sup> A).**

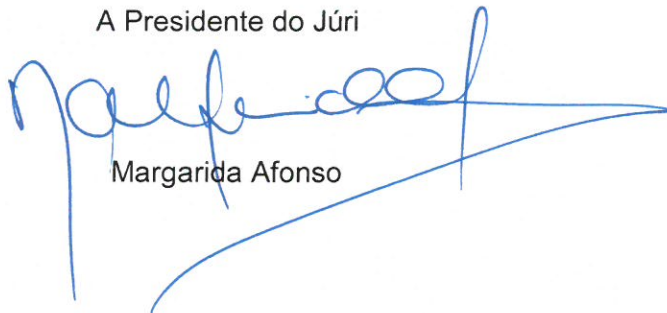
<b>Candidata</b>	<b>CF</b>
- Marta Pereira Ferreira Rodrigues	<b>12,68</b>

Onde:

CF – classificação final (0 a 20 valores)

SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, 06 de setembro de 2017

A Presidente do Júri




Margarida Afonso



Homologado

17.08.11



## ATA NÚMERO DOIS

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 01 Técnico Superior para a Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico (Ref.ª A).**

1. Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços Intermunicipalizados, pelas 14h30 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 5973/2017, Diário da República, 2ª série, n.º 102, de 26 de maio, a fim de proceder à apreciação das candidaturas e deliberar sobre a admissão e exclusão dos candidatos.

O referido júri é composto:

**Presidente:** Dra. Margarida Afonso Novais, Chefe da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas;

**Vogais:**

**1º Vogal Efetivo(a):** Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

**2º Vogal Efetivo(a):** Dra. Margarida Isabel Pereira Correia, Técnica Superior.

2. Passou-se de seguida à análise das candidaturas apresentadas. No seguimento da apreciação e avaliação realizadas às mesmas, decidiu o júri:

**2.1 Admitir a candidata:**

- Marta Pereira Ferreira Rodrigues

**2.2 Excluir os candidatos:**

- Adriana Filipa Faria Moreira (1) (2) (3)
- Ana Carolina Madeira Rodrigues Caetano (7)
- Ana Isabel Azevedo Leite (1) (2) (3)
- Ana Margarida Dias Fernandes (1) (2) (3)
- Ana Marta de Sousa Teles Soares (1) (2) (3) (4)

- Carla Sofia Cristino Pereira (1) (2) (3)
- Joana Morais Ferreira (1) (2)
- Jorge Filipe Carvalho Bernardino (1)
- Maria Inês Tavares Cardoso Almeida Monteiro (1) (2) (3)
- Miquelina Marisa Silva Costa (1) (2) (3)
- Paula Maria de Sousa da Costa Coelho e Silva (1)
- Sara Lúcia da Rocha Stock (1) (2) (3)

#### **Motivos da Exclusão**

- (1) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 5.5 do Aviso, nomeadamente a titularidade de relação jurídica de emprego público;
- (2) Não cumpre requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2 do Aviso, de Formação Profissional em Código dos Contratos Públicos;
- (3) Não cumpre requisitos específicos, conforme exigido no ponto 5.2 do Aviso, de Experiência Profissional;
- (4) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de certificado de habilitações literárias exigidas para o posto de trabalho;
- (5) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente fotocópia dos comprovativos das ações de formação declaradas no *curriculum*;
- (6) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6.4 do Aviso, nomeadamente envio de documento(s) comprovativo(s) do exercício de funções inerentes à área de atividade posta a concurso;
- (7) Não cumpre com requisitos de apresentação de candidatura, conforme exigido no ponto 6 do Aviso.

3. Nos termos do n.º 3 do art.º 29º e n.º 3 do art.º 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri decidiu proceder à audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, determinando como forma de notificação o envio por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação para todos os candidatos que tenham mencionado na sua candidatura o endereço de correio eletrónico e por ofício registado para os restantes.

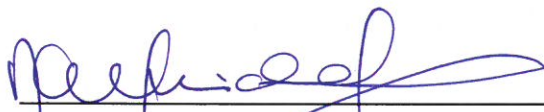

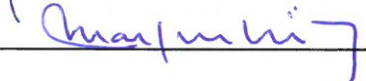
4. Mais deliberou o júri que a data, hora e local da aplicação dos restantes métodos de seleção, a que se refere o ponto 7. do Aviso de Abertura, serão comunicados, oportunamente, aos candidatos admitidos.

5. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

Presidente

1º Vogal Efetivo(a)

2º Vogal Efetivo(a)

Homologado  
17.05.11

**ATA NÚMERO UM**

**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 01 Técnico Superior para a Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico (Ref.ª A).**

1. Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, nas instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, sitas no edifício sede destes Serviços, pelas 10h00 horas, reuniu o júri do processo concursal em epígrafe, aberto por Aviso n.º 5973/2017, Diário da República, 2ª série, n.º 102, de 26 de maio, a fim de estabelecer o calendário a que se propõe obedecer para cumprimento dos prazos no âmbito do referido procedimento.

O referido júri é composto:

**Presidente:** Dra. Margarida Afonso Novais, Chefe da Divisão de Gestão e Valorização de Pessoas;

**Vogais:**

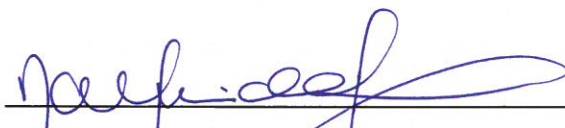
**1º Vogal Efetivo(a):** Dra. Mónica Alexandra Pereira Carvalho Claro, Técnica Superior de Recursos Humanos;

**2º Vogal Suplente:** Dr. António Mascarenhas de Carvalho, Técnico Superior.

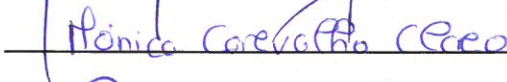
2. Passou-se, de seguida, à definição da calendarização a que o júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos no art.º 22º, n.º 4 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da qual resultou o documento que se anexa à presente Ata e da qual é parte integrante.

3. Nada mais havendo a constar, deu o júri por concluída a reunião, da qual se elaborou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros presentes.

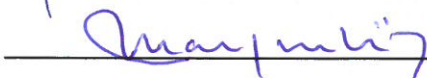
**Presidente**



**1º Vogal Efetivo(a)**



**2º Vogal Suplente**





**ATA NÚMERO UM**

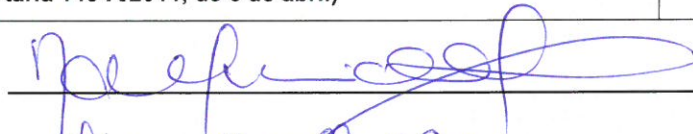
**Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para provimento de 01 Técnico Superior para a Divisão de Auditoria e Apoio Jurídico (Ref.ª A).**

Calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimentos dos prazos estabelecidos na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

<b>Procedimento</b>	<b>Prazo</b>
Elaboração do calendário a que o Júri se propõe obedecer para cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria 145-A/2011 (art.º 22º, n.º 4)	até 27 de junho de 2017
Elaboração do projeto de lista dos candidatos admitidos e excluídos do procedimento concursal, sua publicação na página eletrónica e notificação dos candidatos  <b>Audiência dos interessados (artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)</b>	10 dias úteis subsequentes à data limite de apresentação de candidaturas
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados  <b>(artigo 31º, n.º 1 e n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam =< 100 ou > 100 respetivamente
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação dos métodos de seleção  <b>(artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência de interessados
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil
Publicação na página eletrónica e receção dos resultados obtidos no 1º método de seleção  <b>(artigo 33º, n.º 1, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	10 dias úteis a contar da realização da prova
Convocação dos candidatos admitidos para a aplicação do 2º método de seleção  <b>(artigo 32º da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)</b>	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da do 1º método
Aplicação do método de seleção	a partir do 6º dia útil

Procedimento	Prazo
Ordenação final dos candidatos e notificação  (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Ordenação final dos candidatos e notificação  (artigo 34º, n.º 3, da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 dias úteis após a realização do último método de seleção
Audiência de interessados  Audiência dos interessados (artigo 36º, n.º 1, conjugado com o artigo 30º, n.º 1 e artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 101º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo)	10 dias úteis após envio
Apreciação das questões suscitadas pelos candidatos em sede de audiência dos interessados  (artigo 36º, n.º 1, conjugado com os n.º 2 e 3 do artigo 31º, n.º 1, alínea a), da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	10 ou 20 dias úteis a contar da realização da audiência dos interessados, consoante os interessados que apresentem pronúncia sejam $\leq 100$ ou $> 100$ respetivamente
Elaboração da lista final de ordenação final e submissão da lista a homologação  (artigo 36º, n.º 2 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar da data limite para apreciação da audiência dos interessados
Notificação dos candidatos do ato de homologação da lista final de ordenação final  (artigo 36º, n.º 4 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação
Envio para publicação da lista final de ordenação final após homologação, na 2ª série do DR, página eletrónica e receção  (artigo 36º, n.º 6 da Portaria 145-A/2011, de 6 de abril)	5 dias úteis a contar do ato de homologação

Presidente



1º Vogal Efetivo(a)



2º Vogal Suplente

